



Série **CORREDORES
ECOLÓGICOS**

12 anos de trabalho pela conservação
da biodiversidade nacional

Presidência da República

Dilma Rousseff

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Secretaria Executiva

Francisco Gaetani

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Ana Cristina Fialho de Barros

Departamento de Áreas Protegidas

Sérgio Henrique Collaço de Carvalho

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)

Departamento de Áreas Protegidas (DAP)

SEPN 505 Norte, Bloco B Sala 411

70730-542 Brasília/DF



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Departamento de Áreas Protegidas

Série **CORREDORES
ECOLÓGICOS**

12 anos de trabalho pela conservação
da biodiversidade nacional

Brasília, 2015



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

B823s

Brasil. Ministério do Meio Ambiente

Série corredores ecológicos: 12 anos de trabalho pela conservação da biodiversidade nacional / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2015.

40 p. ; Il. Color.

ISBN 978-85-7738-246-0

1. Biodiversidade. 2. Corredor Ecológico. 3. Corredor Central da Mata Atlântica. 4. Corredor central da Amazônia. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria da Biodiversidade e Florestas. III. Departamento de Áreas Protegidas. VI. Título. VII. Série.

CDU(2.ed.)574.1

Projeto Corredores Ecológicos **Ministério do Meio Ambiente**

Coordenador Geral

Thiago Gil B. Barros

Analistas Ambientais

Betânia Santos Fichino
Erico Grassi Cadermatori
Luciana de Brito Lima
Thayssa Izetti Luna

Técnicos Administrativo/Financeiro

Jorge Luis Pereira

Estagiários

Livia Ribeiro de Souza Lima

Edição

Coordenação

Thiago Gil B. Barros

Comissão de revisão

Betânia Santos Fichino
Jorge Luis Pereira
Livia Ribeiro de Souza Lima
Marina Faria do Amaral
Thayssa Izetti Luna

Texto

Bruno Chaves de Moraes

Apoio

Secretaria do Meio Ambiente da Bahia
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
GFA Consulting Group

Projeto gráfico

Gráfica Movimento

Fotos gentilmente cedidas

Agencia de Cooperação Técnica Alemã - GIZ
Erico Grassi Cadermatori
Paulo Vila Nova
Roberto Xavier de Lima
Victor Paulo Oliveira
Foto da capa: Roberto Xavier de Lima

APRESENTAÇÃO

O Projeto Corredores Ecológicos, por meio de uma abordagem inovadora, iniciada há 12 anos, contribuiu de forma efetiva para a conservação da biodiversidade nacional na Amazônia e na Mata Atlântica, dois importantes biomas brasileiros, que sofrem com constantes ameaças e pressão ambiental. O projeto, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com governos estaduais e apoio financeiro do Banco Mundial e do banco alemão KfW, criou corredores de floresta tropical nas duas regiões com resultados relevantes que serão apresentados ao longo dessa publicação.

O projeto mostrou que é possível conciliar a conservação dos recursos naturais com alternativas econômicas para as populações locais. A manutenção da cobertura natural da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica garante a conectividade por meio dos corredores ecológicos, proporcionando vias de intercâmbio e ampliação das possibilidades de movimento de indivíduos de espécies separadas em populações isoladas, em maior ou menor grau.

As estratégias utilizadas para a formação de corredores ecológicos focaram na criação de áreas protegidas públicas em áreas-chave na região do corredor, na implementação das áreas protegidas já existentes e no manejo de áreas localizadas entre as áreas protegidas. Dois corredores foram selecionados para a atuação do projeto: o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) e o Corredor Central da Amazônia (CCA).

A priorização levou em conta a maior viabilidade institucional para sua consolidação (associação com áreas preservadas de Terras Indígenas, criação de unidades de conservação e potencial de unidades privadas). Considerando que os ecossistemas da Amazônia e da Floresta Atlântica apresentam realidades distintas, a implementação de cada um dos corredores exigiu estratégias específicas.

Nas próximas páginas, você terá acesso aos esforços acumulados, desde 2002, no planejamento e na implementação desses corredores ecológicos. Trata-se de um exemplo de iniciativa bem-sucedida do setor público em parceria com a sociedade civil para a conservação da biodiversidade brasileira.

As parcerias entre o governo e a sociedade civil mostraram-se fundamentais como forma de auxiliar a gestão ambiental de territórios no país. A estratégia descentralizada contou com importante participação social ao longo de todo o projeto, fator fundamental a ser considerado em iniciativas de conservação do meio ambiente propostas pelo setor público.

Leia e saiba como o Projeto Corredores Ecológicos colaborou intensamente e proporcionou ensinamentos valiosos para iniciativas similares a serem desenvolvidas no futuro.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Apresentação	5
Projeto Corredores Ecológicos	8
O Corredor Central da Mata Atlântica	12
O Corredor Central da Amazônia	14
Legado	16
Linha do Tempo do Projeto Corredores Ecológicos	21
12 Anos de Bons Resultados	22
Corredor Central da Mata Atlântica	23
Corredor Central da Amazônia	28
Lições Aprendidas	34





Paisagem no estado do Amazonas. Autor: Érico Grassi

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS

A fragmentação de paisagens naturais é um dos problemas para a conservação da biodiversidade. A redução da área original, por diferentes razões (desmatamento, áreas de cultivo, entre outros fatores) pode isolar ecossistemas e afetar diretamente a vida de diferentes espécies animais e vegetais. Para diminuir os impactos, desde 2002, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com os estados do Espírito Santo, Bahia e Amazonas vem contribuindo de forma inovadora em dois importantes biomas do Brasil: Amazônia e Mata Atlântica.



O Projeto Corredores Ecológicos (PCE) teve com função propiciar uma proteção efetiva da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação das florestas existentes por meio da interligação entre áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo (no caso da Mata Atlântica), ou da manutenção de cobertura vegetal (no caso da Amazônia). Corredores ecológicos são definidos, neste projeto, como áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício (áreas particulares, seja de grandes empresas ou de pequenos proprietários, comunidades, cidades ou assentamentos), para as quais se busca uma estratégia de gestão integrada.

Desta forma, pretende-se manter ou restaurar a conectividade da paisagem e facilitar o fluxo genético entre populações, aumentando as chances de sobrevivência, a longo prazo, das comunidades biológicas. Trata-se de uma proposta de gestão do território em escala regional destinada a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Desde o seu início, o projeto atuou na implementação do conceito em dois corredores: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Central da Amazônia.



O Projeto Corredores Ecológicos teve duas fases. O enfoque principal da primeira fase, de 2002 a 2006, foi desenvolver a infraestrutura institucional em cada corredor. Na segunda fase, de 2006 a 2014, o foco foi a implementação dos planos de gestão dos corredores (consolidação de sistemas de vigilância, criação e fortalecimento de unidades de conservação e implementação de subprojetos em áreas de interstícios).



O Corredor Central da Mata Atlântica

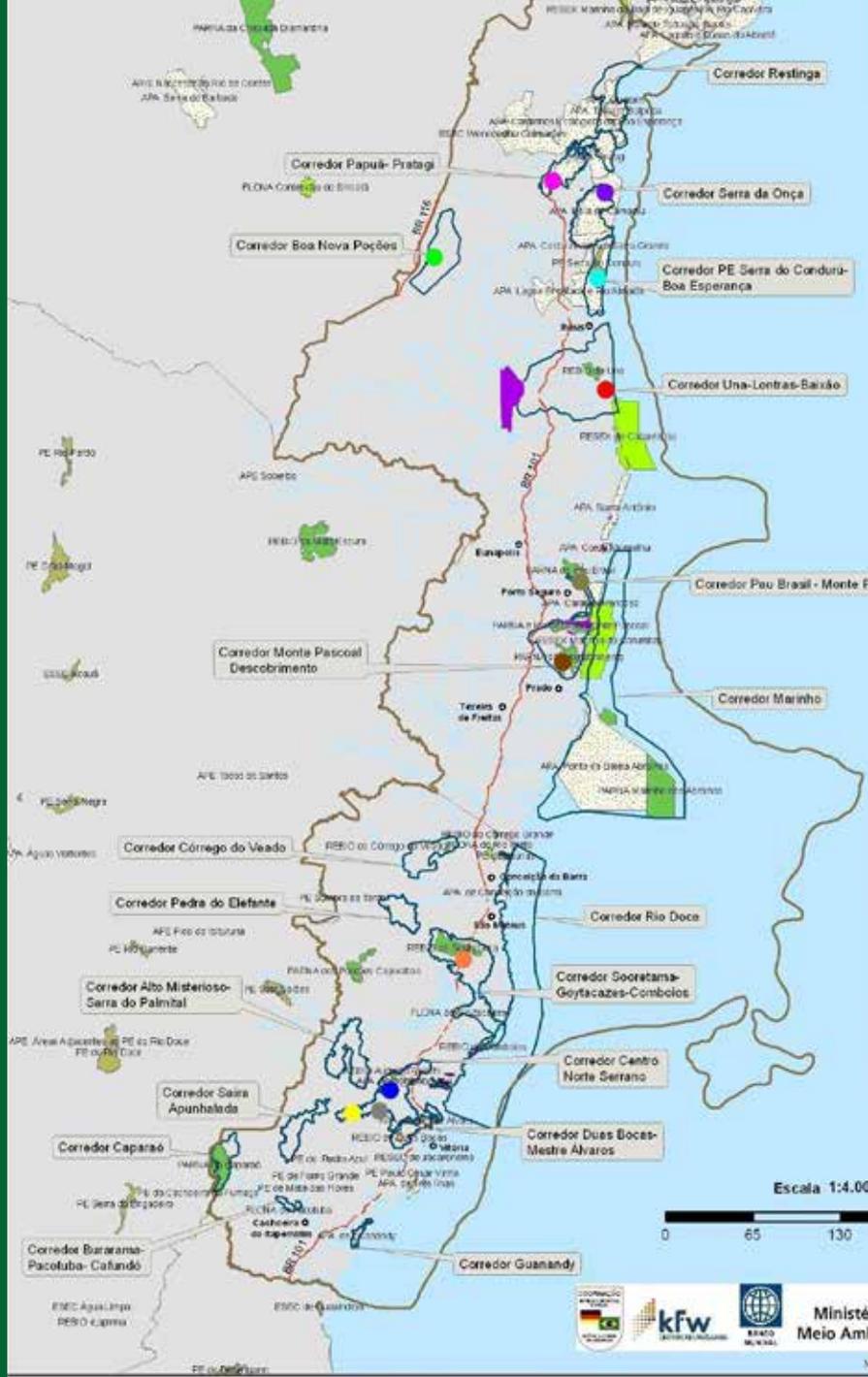
O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) engloba uma área de cerca de 21,5 milhões de hectares, com extensão norte-sul de cerca de 1.200km. Abarca o sul do estado da Bahia, a totalidade do estado do Espírito Santo e inclui as áreas marinhas até o limite da plataforma continental, uma área equivalente a 90% do território da Inglaterra. Aproximadamente 95% da área do corredor se estende sobre propriedades particulares, distribuídas em 163 municípios.

Segundo os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e dos órgãos gestores estaduais, o CCMA possui 128 unidades de conservação, protegendo uma área de aproximadamente 2,2 milhões de hectares. Na porção baiana do corredor existem 32 unidades de conservação, sendo 10 federais, 15 estaduais, 7 municipais e 28 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Na porção capixaba são 96 unidades de conservação, sendo 21 federais, 17 estaduais, 17 municipais e 41 RPPNs.



CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

ÁREA TOTAL - 21,5 milhões de hectares



OCEANO ATLÂNTICO

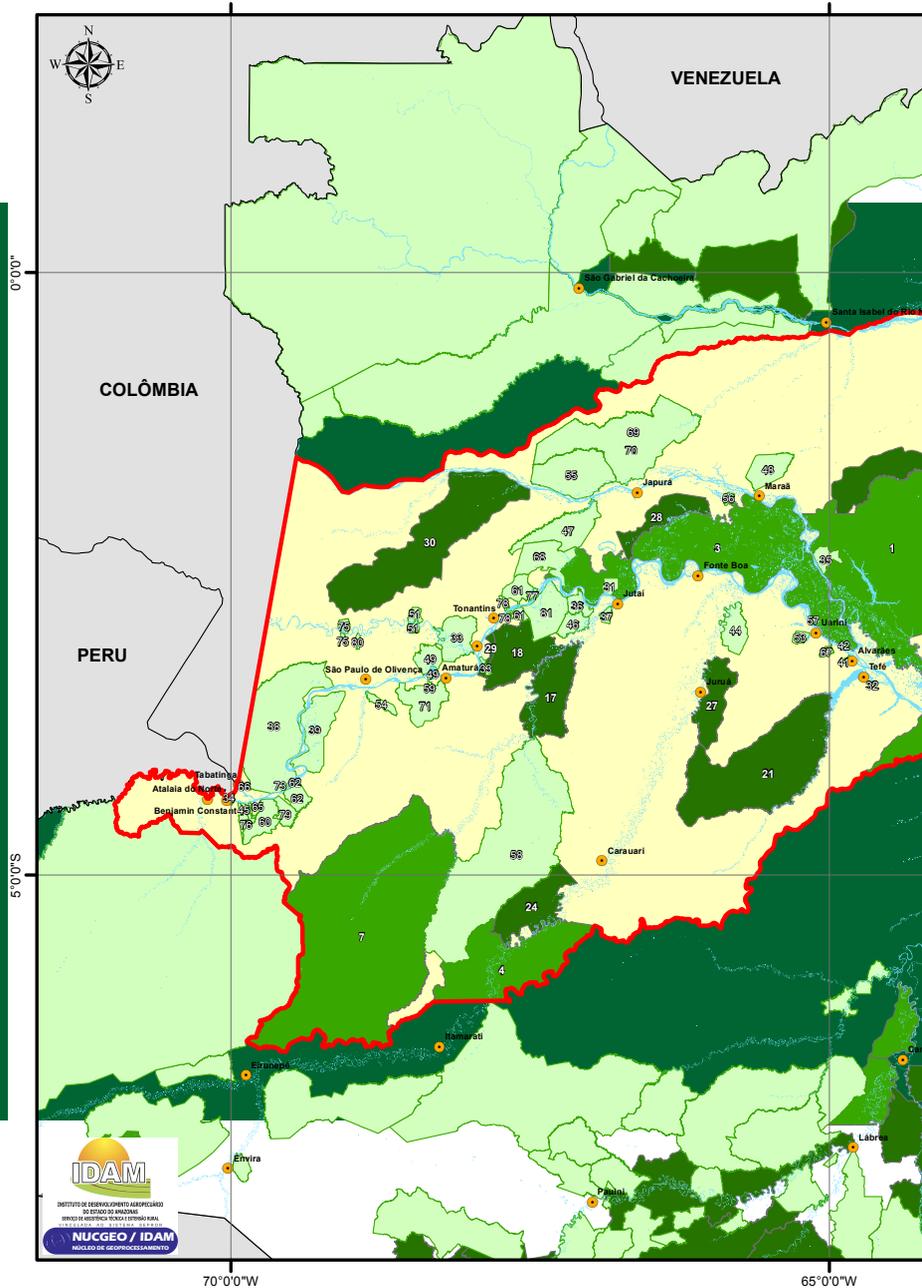
- Corredor Central da Mata Atlântica
- Microcorredor
- Terra Indígena
- UC Federal
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- UC Estadual
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Hidrografia
- Principais Cidades
- Rodovia

Escala 1:4.000.000



Logos of partner organizations:

Mapa Isabela de Castro Silva, 2000

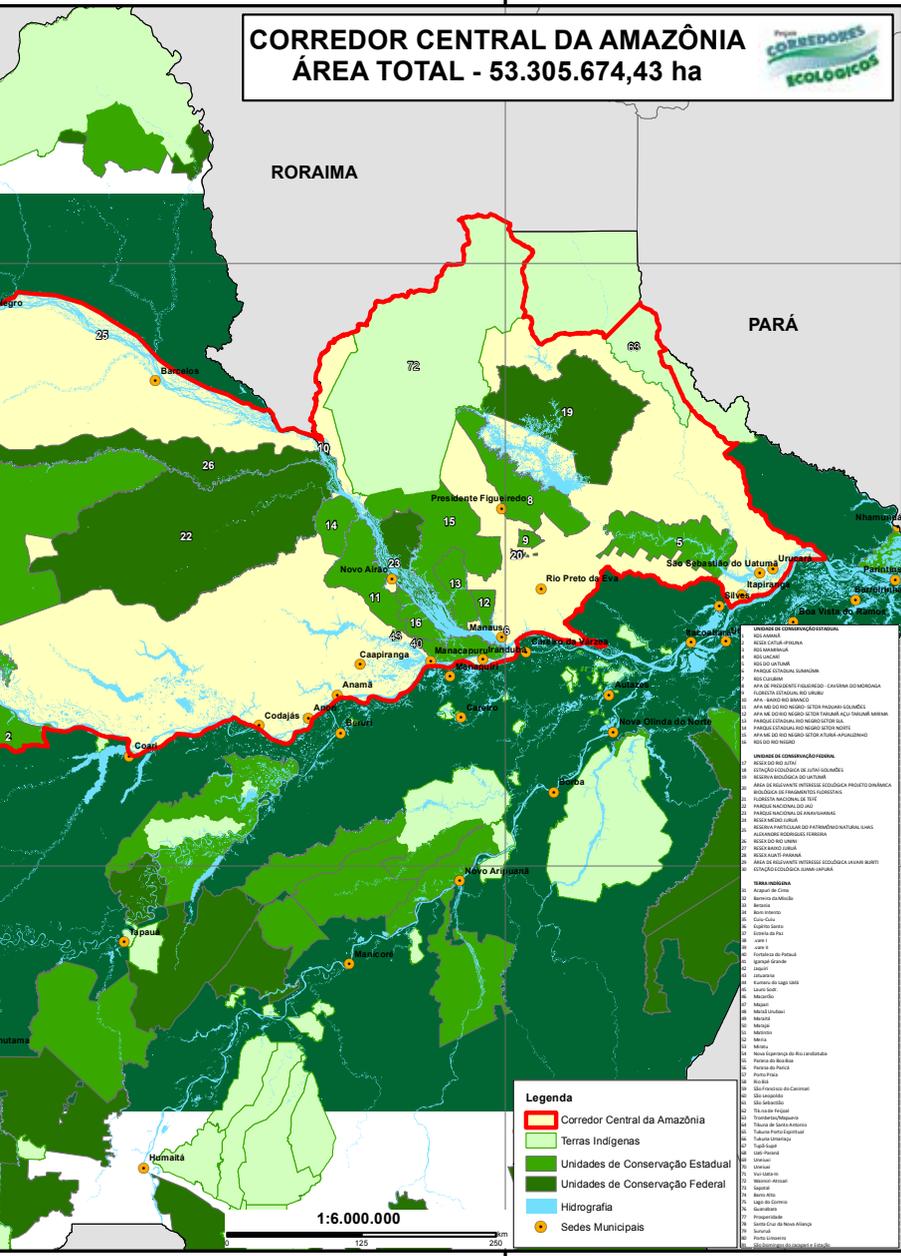


O Corredor Central da Amazônia

Situado integralmente no estado do Amazonas, o Corredor Central da Amazônia (CCA) engloba uma área de mais de 52,3 milhões de hectares, o que equivale a área de Alemanha, Suíça, Holanda e Áustria juntos (Figura). O CCA abarca 55 unidades de conservação, tanto de proteção integral como de uso sustentável, e 65 terras indígenas.

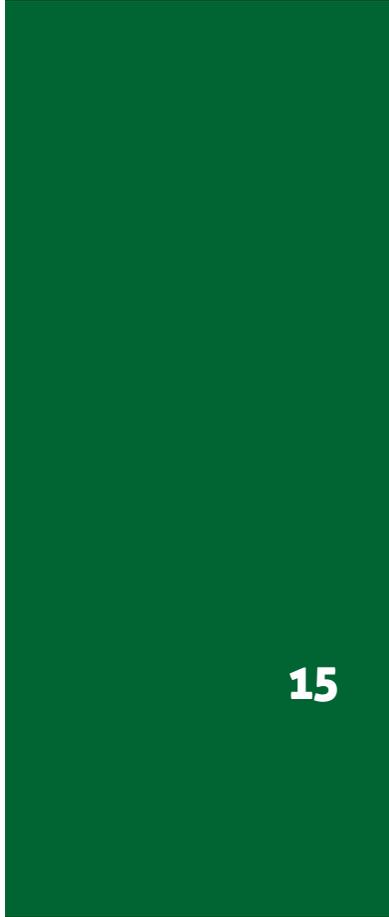
CORREDOR CENTRAL DA AMAZÔNIA

ÁREA TOTAL - 53.305.674,43 ha

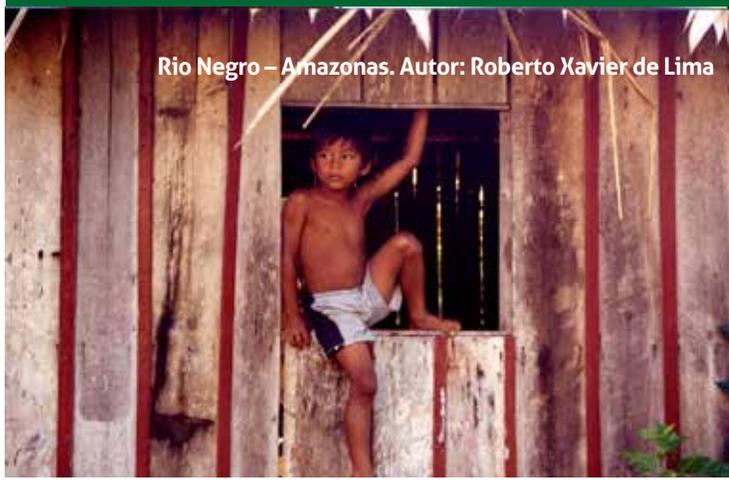


- Legenda**
- Corredor Central da Amazônia
 - Terras Indígenas
 - Unidades de Conservação Estadual
 - Unidades de Conservação Federal
 - Hidrografia
 - Sedes Municipais

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	
01	RESERVA DA BIOSFERA
02	RESERVA DA BIOSFERA
03	RESERVA DA BIOSFERA
04	RESERVA DA BIOSFERA
05	RESERVA DA BIOSFERA
06	RESERVA DA BIOSFERA
07	RESERVA DA BIOSFERA
08	RESERVA DA BIOSFERA
09	RESERVA DA BIOSFERA
10	RESERVA DA BIOSFERA
11	RESERVA DA BIOSFERA
12	RESERVA DA BIOSFERA
13	RESERVA DA BIOSFERA
14	RESERVA DA BIOSFERA
15	RESERVA DA BIOSFERA
16	RESERVA DA BIOSFERA
17	RESERVA DA BIOSFERA
18	RESERVA DA BIOSFERA
19	RESERVA DA BIOSFERA
20	RESERVA DA BIOSFERA
21	RESERVA DA BIOSFERA
22	RESERVA DA BIOSFERA
23	RESERVA DA BIOSFERA
24	RESERVA DA BIOSFERA
25	RESERVA DA BIOSFERA
26	RESERVA DA BIOSFERA
27	RESERVA DA BIOSFERA
28	RESERVA DA BIOSFERA
29	RESERVA DA BIOSFERA
30	RESERVA DA BIOSFERA
31	RESERVA DA BIOSFERA
32	RESERVA DA BIOSFERA
33	RESERVA DA BIOSFERA
34	RESERVA DA BIOSFERA
35	RESERVA DA BIOSFERA
36	RESERVA DA BIOSFERA
37	RESERVA DA BIOSFERA
38	RESERVA DA BIOSFERA
39	RESERVA DA BIOSFERA
40	RESERVA DA BIOSFERA
41	RESERVA DA BIOSFERA
42	RESERVA DA BIOSFERA
43	RESERVA DA BIOSFERA
44	RESERVA DA BIOSFERA
45	RESERVA DA BIOSFERA
46	RESERVA DA BIOSFERA
47	RESERVA DA BIOSFERA
48	RESERVA DA BIOSFERA
49	RESERVA DA BIOSFERA
50	RESERVA DA BIOSFERA
51	RESERVA DA BIOSFERA
52	RESERVA DA BIOSFERA
53	RESERVA DA BIOSFERA
54	RESERVA DA BIOSFERA
55	RESERVA DA BIOSFERA
56	RESERVA DA BIOSFERA
57	RESERVA DA BIOSFERA
58	RESERVA DA BIOSFERA
59	RESERVA DA BIOSFERA
60	RESERVA DA BIOSFERA
61	RESERVA DA BIOSFERA
62	RESERVA DA BIOSFERA
63	RESERVA DA BIOSFERA
64	RESERVA DA BIOSFERA
65	RESERVA DA BIOSFERA
66	RESERVA DA BIOSFERA
67	RESERVA DA BIOSFERA
68	RESERVA DA BIOSFERA
69	RESERVA DA BIOSFERA
70	RESERVA DA BIOSFERA
71	RESERVA DA BIOSFERA
72	RESERVA DA BIOSFERA
73	RESERVA DA BIOSFERA
74	RESERVA DA BIOSFERA
75	RESERVA DA BIOSFERA
76	RESERVA DA BIOSFERA
77	RESERVA DA BIOSFERA
78	RESERVA DA BIOSFERA
79	RESERVA DA BIOSFERA
80	RESERVA DA BIOSFERA
81	RESERVA DA BIOSFERA
82	RESERVA DA BIOSFERA
83	RESERVA DA BIOSFERA
84	RESERVA DA BIOSFERA
85	RESERVA DA BIOSFERA
86	RESERVA DA BIOSFERA
87	RESERVA DA BIOSFERA
88	RESERVA DA BIOSFERA
89	RESERVA DA BIOSFERA
90	RESERVA DA BIOSFERA
91	RESERVA DA BIOSFERA
92	RESERVA DA BIOSFERA
93	RESERVA DA BIOSFERA
94	RESERVA DA BIOSFERA
95	RESERVA DA BIOSFERA
96	RESERVA DA BIOSFERA
97	RESERVA DA BIOSFERA
98	RESERVA DA BIOSFERA
99	RESERVA DA BIOSFERA
100	RESERVA DA BIOSFERA



No seu perímetro está localizada a Reserva da Biosfera da Amazônia Central-RBAC e mais quatro sítios do patrimônio mundial natural (Parque Nacional do Jaú, Parque Nacional de Anavilhanas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mairauá e Amanã).



LEGADO

LEGADO

O Projeto Corredores Ecológicos foi inovador no momento de sua concepção e permitiu melhoria significativa na vigilância, fiscalização e no fortalecimento de unidades de conservação nos estados onde atuou (Bahia, Espírito Santo e Amazonas). O projeto teve êxito ao unir e integrar órgãos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil.

A estratégia de investir em evitar o aumento da fragmentação da paisagem e na criação e consolidação das unidades de conservação que protegem os grandes fragmentos de vegetação nativa apresentou ganhos significativos nos objetivos específicos de evitar a fragmentação no Corredor Central da Amazônia e aumentar a conectividade no Corredor Central da Mata Atlântica.



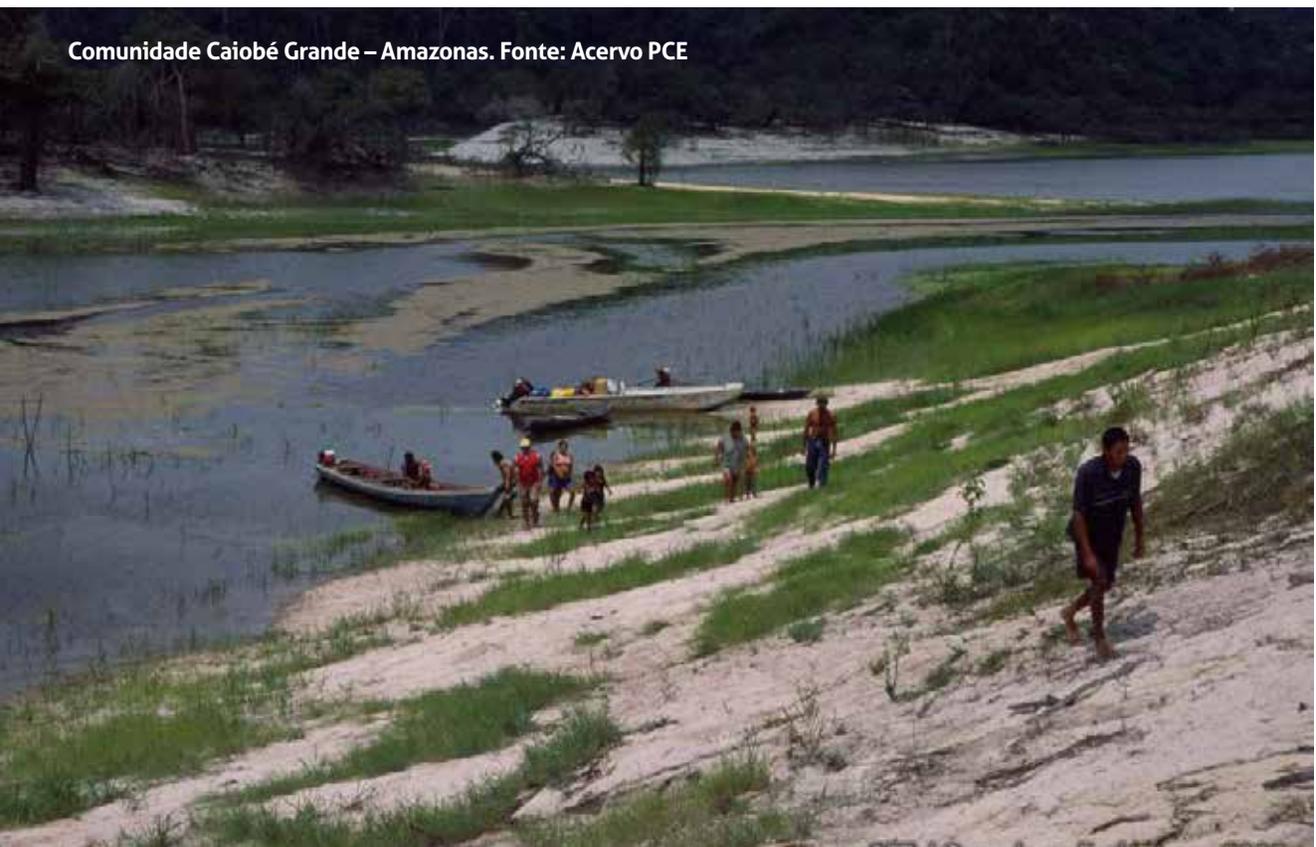
Em 2013, as maiores taxas de desmatamento na Bahia ocorreram fora da área de atuação do Projeto Corredores Ecológicos. Já no Espírito Santo, a taxa de desmatamento foi significativamente reduzida, o que sugere que as iniciativas empreendidas vêm dando certo. No Amazonas, o desmatamento na área do Corredor Central da Amazônia vem se mantendo em níveis baixos durante todo o projeto. A melhoria da proteção contribuiu para diminuir o processo de fragmentação da paisagem natural.

Durante a segunda fase do projeto, foram criadas importantes unidades de conservação na Bahia (308 mil ha) em áreas de extrema importância biológica. O mesmo ocorreu no Espírito Santo.

No Corredor Central da Amazônia, o PCE capacitou funcionários das instituições estaduais, municipais e organizações da sociedade civil em temas como a elaboração de Planos Operativos Anuais (POAs), celebração de convênios, elaboração de prestação de contas e relatórios de cumprimento do objeto de convênios, preparação de Termos de Referência e execução de procedimentos administrativos referentes a licitações públicas. Contribuiu, assim, para o amadurecimento dessas instituições e da capacidade de captação de novos recursos para o desenvolvimento dos trabalhos de proteção e uso sustentável dos recursos naturais.

18

Comunidade Caiobé Grande – Amazonas. Fonte: Acervo PCE



Com a diminuição do desmatamento ilegal, além do efeito sobre a conservação da biodiversidade, o Projeto Corredores Ecológicos também contribuiu para minimizar a geração de gases de efeito estufa.

Outra importante colaboração foi incentivar, nas áreas de interstício, atividades que permitissem a geração de renda e ao mesmo tempo fossem mais amigáveis para a biodiversidade, ou seja, permitissem o fluxo gênico entre populações localizadas em diferentes unidades de conservação e diferentes fragmentos na paisagem.

Reflorestamento em Guilherme Carneiro - Espírito Santo. Fonte: Acervo PCE



Os objetivos principais foram alcançados ao fim do Projeto:

1) dois corredores representativos em área na Amazônia e Mata Atlântica foram estabelecidos e ações de manejo visando a sustentabilidade foram implementadas;

2) modelos de corredores ecológicos foram testados para ser replicados e para incorporação às políticas públicas com importantes lições aprendidas:

3) as taxas de desflorestamento nas áreas prioritárias dos corredores prioritários foram reduzidas substancialmente.

Um dos grandes impactos do Projeto Corredores Ecológicos foi a proteção da Mata Atlântica nos Estados da Bahia e do Espírito Santo e da Floresta Amazônica no Amazonas. O PCE teve a experiência de trabalhar a gestão ambiental, com vistas a conservação da biodiversidade, em uma área de cerca de 74 milhões hectares. Isso equivale a soma das áreas da Alemanha, Holanda, Suíça, Áustria, República Tcheca, Dinamarca, Hungria ou 7,2% da Europa.

20

Esta experiência de 12 anos traz grandes aprendizados e importantes lições para melhorar a eficiência e eficácia na gestão de projetos ambientais (*vide capítulo Lições Aprendidas*).



LINHA DO TEMPO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS

Primeira versão da proposta para o Projeto Corredores Ecológicos (PCE)	1997
Versão final da proposta para o Projeto Corredores Ecológicos (PCE)	2000
Assinatura do Acordo de Doação com o Banco Mundial e Acordos de Cooperação Técnica com os Estados da Bahia e Espírito Santo.	2001
Início da vigência da Primeira Fase do Projeto e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD.	2002
Apoio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e início da elaboração dos Planos de Gestão do CCMA e CCA.	2003
Assinatura do Contrato de Contribuição com o KfW; Elaboração do Plano de Gestão do Corredor Central da Amazônia; Plano de Ação para a Fase II do Corredor Central da Mata Atlântica.	2005
Elaboração do Planejamento Estratégico Plurianual para a segunda fase do PCE.	2006
Aprovação de 7 subprojetos na área do Corredor Central da Mata Atlântica.	2008
Entrega da versão final do Plano de Ação para o Corredor Marinho; criação de 21 promotorias regionais especializadas em Meio Ambiente.	2009
Entrega da versão final do Plano de Ação para o Corredor Marinho; criação de 21 promotorias regionais especializadas em Meio Ambiente.	2009
Criação dos Parnas Alto Cariri, Boa Nova, Serra das Lontras e Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Boa Nova na Bahia. No Espírito Santo, foram criadas a APA Costas das Algas e Revis Santa Cruz. Promulgado decreto que instituiu legalmente os 10 corredores ecológicos prioritários do Espírito Santo.	2010
Entrega da versão final do Plano de Estruturação e Implantação do Ecoturismo do CCMA-ES.	2011
Finalização do subprojeto da Floresta Viva no mini corredor ecológico Parque Estadual Serra do Conduru - Boa Esperança. Finalização do subprojeto da Fundação Bionativa no Sooretama/Goytacazes/Comboios.	2012
Inauguração do Centro de Sistematização e Difusão sobre Corredores Ecológicos e Conservação da Biodiversidade no corredor Sooretama/ Goytacazes/ Comboios pela Fundação Bionativa.	2013
Encerramento do Projeto Corredores Ecológicos.	2014

Visita aos Subprojetos - Amazonas. Autor: Érico Grassi

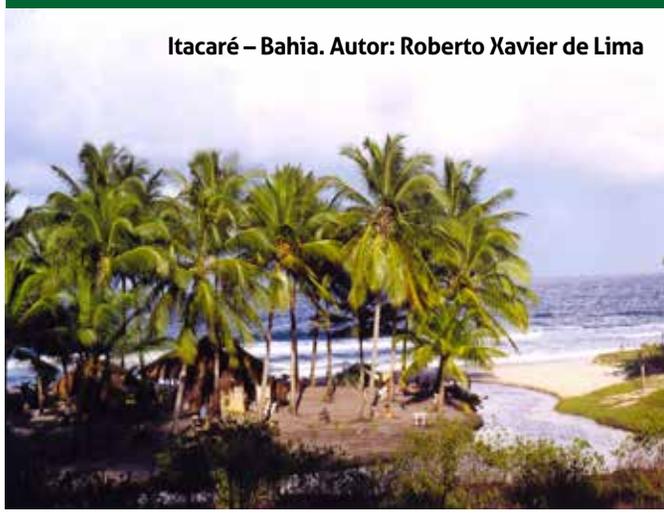


12 ANOS DE BONS RESULTADOS



Lago Próximo a Reserva Tabuleiro Jaracora. Fonte: Acervo PCE

Itacaré – Bahia. Autor: Roberto Xavier de Lima



Corredor Central da Mata Atlântica

Devido ao elevado grau de fragmentação das paisagens naturais, a estratégia de atuação foi assegurar a proteção dos remanescentes florestais significativos e incrementar, gradativamente, a ligação entre porções nucleares da paisagem por meio do controle, proteção e recuperação da cobertura florestal.

Os resultados obtidos a nível regional, na Bahia e no Espírito Santo, evidenciam o sucesso do Projeto Corredores Ecológicos ao longo dos 12 anos. Veja alguns dos destaques:

- **Fiscalização, prevenção e combate a incêndios mais eficientes e eficazes**

Na Bahia, a implementação das bases ambientais do Núcleo da Mata Atlântica do Ministério Público Estadual foi apoiada. Promotorias exclusivas de Meio Ambiente foram criadas e as infrações ambientais diminuíram consideravelmente. No Espírito Santo, o Plano Integrado de Fiscalização com apoio do PCE que envolveu diversas instituições (IEMA, IDAF, Batalhão de Polícia Militar Ambiental, Núcleo de Operações e Transporte Aéreo e Ibama) foi elaborado e implementado. Sobrevoos regulares foram realizados desde 2004, o que facilitou a identificação visual de possíveis infrações.

- **Sistema de Monitoramento Ambiental**

Levantamento do uso e ocupação do solo nos estados de Bahia e Espírito Santo, que será atualizado a cada quatro anos, foi realizado.

- **Estrutura de controle e vigilância, de licenciamento e compensação ambiental direcionais para o estabelecimento de conectividade e conservação**

Câmaras de Compensação foram instituídas na Bahia e no Espírito Santo. No ES, também foi instituído o Núcleo de Regularização Fundiária e foram definidos os procedimentos de regularização fundiária. A metodologia de cálculo da compensação ambiental valorizou os corredores prioritários.

25



- **Estruturas de gerenciamento do PCE nos estados implementadas e em funcionamento**

Foram adquiridos equipamentos e realizados Planos de Gestão para subsidiar a execução do Projeto.

- **Novas Unidades de Conservação criadas**

Na Bahia, foram criadas as unidades de conservação (UC) municipais: Refúgio de Vida Silvestre em Amargosa, um Parque Municipal Marinho e uma Área de Relevante Interesse Ecológico em Ilhéus, no Corredor Lagoa Encantada / Serra do Conduru – sendo esta última uma unidade de uso sustentável.

Em relação a criação/ampliação de UCs federais e estaduais, os resultados foram extremamente relevantes. Foram criadas 14 novas UCs e ampliadas mais duas protegendo cerca de 308 mil ha em áreas de extrema importância para a conservação da biodiversidade como o Parque Nacional Alto Cariri, Serra das Lontras e Boa Nova e a Reserva Extrativista Cassurubá.



Cabruca na Bahia. Fonte: Acervo PCE



Viveiro de restauração no Espírito Santo.
Fonte: Acervo PCE

No Espírito Santo, foram criados os Monumentos Naturais Frade e Freira em 2008, das Torres em 2010, os Parques Naturais Municipais dos Puris e Mochuara em Cariacica e o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz pelo Ministério do Meio Ambiente. O Parque Estadual Cachoeira da Fumaça também foi ampliado.

- **Unidades de Conservação existentes consolidadas**

O Projeto apoiou a estruturação das Unidades de Conservação tanto em relação à aquisição de equipamento para seu funcionamento como no desenvolvimento de Planos de Manejo, formação e funcionamento de conselhos.

- **Redução de pressão sobre os recursos naturais**

Publicação de estudos sobre as Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade no Corredor Central da Mata Atlântica (Bahia e Espírito Santo); Pastagem Ecológica no Espírito Santo; Diagnóstico de Experiências de Sistemas Agroflorestais e Recomendações de Estratégias e Políticas Públicas para sua Implementação e Difusão no Estado do Espírito Santo; e Serviços Ambientais Gerados por Sistemas Agroflorestais no Espírito Santo.

- **Conectividade entre os remanescentes selecionados estabelecida**

O PCE apoiou a Bahia e o Espírito Santo na definição de suas legislações estaduais sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Com a legislação estadual, os processos de criação ganharam muita agilidade e o resultado superou a meta. Na Bahia foram criadas 55 RPPNs protegendo cerca de 17,4 mil hectares e no Espírito Santo foram protocolados 38 processos de criação.

- **Diretrizes e conceitos de corredores integrados em políticas de gestão territorial**

Na Bahia, foi apoiada a gestão ambiental municipal em 15 municípios e houve o reconhecimento do Mosaico do Extremo Sul da Bahia constituído por 11 unidades de conservação. Um dos objetivos do Mosaico é contribuir para a formação e fortalecimento de mini corredores.

No Espírito Santo, foi concluído o planejamento do corredor marinho (publicado como um caderno da Série Corredores Ecológicos "Implementação da Porção Marinha do CCMA"). Também foi realizado o detalhamento do Zoneamento Ecológico Econômico para os corredores prioritários.

- **Conceito do Corredor Central da Mata Atlântica e ações do Projeto Corredores Ecológicos divulgados e incorporados pela sociedade**

Foram desenvolvidas cartilhas, folders, livretos entre outras publicações impressas e digitais disseminando os conceitos para diferentes públicos.



Paisagem no Município de Carauari – Amazonas.

Autor: Érico Grassi



Corredor Central da Amazônia

No Corredor Central da Amazônia foram priorizadas unidades de conservação e houve uma divisão do corredor em cinco sub-regiões, que apresentam características similares, considerando a organização social que já dispõem: Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Solimões, Uatumã e Rio Negro.

Foram duas estratégias de atuação: garantir a conectividade entre as áreas protegidas por meio de ações que visem a manutenção e a ampliação destas áreas; e apoiar a implementação do uso sustentável dos recursos naturais nas áreas de interstícios, incentivando usos de baixo impacto, tais como manejo florestal e sistemas agroflorestais (SAFs) em zonas críticas dentro e entre unidades de conservação, desencorajando os usos de alto impacto como o desmatamento em larga escala.

- **Fiscalização, prevenção e combate a incêndios mais eficientes e eficazes**

Dezesseis unidades de conservação com estrutura física e operações de fiscalização aprimoradas. A implantação das bases de fiscalização com destaque para a base fluvial da Polícia Militar do Estado do Amazonas permitiu o aumento do controle de ilícitos ambientais na região metropolitana de Manaus, serve como ponto de integração regional e como um ponto de visibilidade da fiscalização ambiental no modal fluvial, que é o principal meio de escoamento de produtos/pessoas/serviços no Amazonas.

- **Sistema de monitoramento ambiental testado, implantado e operando**

Investimento nas instituições governamentais e não-governamentais para a constituição de sistemas integrados de informações geográficas e criação de banco de dados. Dois laboratórios de geoprocessamento e um laboratório de monitoramento de foco de calor foram implementados, além da construção do prédio do Centro de Pesquisas e Conservação da Amazônia (CEPAM/ ICMBio).



Comunidade Santa Lúcia. Fonte: Acervo PCE



Sobrevo de fiscalização no Amazonas.

Fonte: Acervo PCE

- **Unidades de conservação de proteção integral em processo de implementação**

Com apoio do Projeto Corredores Ecológicos, na primeira fase, foram indicadas e criadas importantes UCs estaduais (Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Uacari, Cujubim, Uatumã, Rio Negro e Puranga-Conquista e Reservas Extrativistas Catuá-Ipixuna e do Rio Gregório) e federais (Reservas Extrativistas Unini, Auati-Paraná e do Rio Jutaí). Também foram criados os corredores urbanos Mindú e Cachoeiras do Tarumã e reconhecido pelo MMA o Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro. As experiências no Corredor Central da Amazônia embasaram a criação de unidades de conservação fora da sua área de abrangência. Algumas das novas UCs criadas já consideravam a formação de corredores e o estabelecimento de mosaicos.

- **Unidades de conservação de uso sustentável em fase de implementação**

Dois Planos de Manejo em UCs de uso sustentável (Reservas Extrativistas do Médio Juruá e do Rio Unini) foram elaborados. O processo de elaboração dos planos de manejo para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e de Amanã foram apoiados. Ao todo, quatro conselhos foram formados: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, Reserva Extrativista Médio Juruá, Áreas de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga e do Urubui. O Conselho da Área de Proteção Ambiental Tefé teve o seu funcionamento apoiado.

- **A manutenção da conectividade e a conservação dos recursos naturais estão asseguradas mediante a adoção de práticas compatíveis com a conservação e com melhoria de qualidade de vida**

Conseguiu-se elaborar 114 planos de manejo florestal de pequena escala e licenciar 87 planos com um volume acima de 15 mil metros cúbicos de madeira em tora licenciada para exploração. Foram equipados 33 escritórios locais do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e o núcleo de geoprocessamento, o que garante sustentabilidade para este resultado.

- **A integração dos atores interessados está articulada**

Subcomitês regionais e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (CERBAC) foram criados. Os subcomitês do Rio Negro e o subcomitê do Médio Solimões encontram-se em pleno funcionamento e foram muito importantes no processo de implementação do Projeto Corredores Ecológicos. O CERBAC ampliou suas funções e passou a atender demandas relacionadas a mosaicos, Sítios do Patrimônio Natural e da Convenção Ramsar.

- **O Corredor Central do Amazônia, em nível regional, foi divulgado e seus conceitos e práticas assimiladas pela sociedade**

30



Vista do Rio Uatamã – Amazonas. Fonte: Acervo PCE









LIÇÕES APRENDIDAS

LIÇÕES APRENDIDAS

Os 12 anos de atuação do Projeto Corredores Ecológicos renderam valiosas lições que serão levadas adiante pelo Ministério do Meio Ambiente e demais instituições envolvidas em outras iniciativas de conservação da biodiversidade nacional. Os impactos positivos apresentados podem e devem ser replicados em outros projetos semelhantes, como as demais experiências de corredores em execução no país.

- *Arranjos institucionais envolvendo as esferas Federal, Estadual e Municipal são importantes, pois facilitam a aceitação do projeto em nível local. No entanto, os aspectos operacionais têm de ser bem analisados e planejados;*



- *Melhoria da Vigilância e Proteção em todo o território dos corredores pode ser implementada por meio do fortalecimento institucional;*
- *Os processos licitatórios devem ser bem preparados garantindo que não haverá demandas de informações complementares após a divulgação do processo;*
- *Pontos focais (pessoas com respaldo institucional) dentro de cada instituição agilizam a execução das ações e a comunicação entre as instituições;*
- *As sucessivas prorrogações (prorrogação fatiada), sem um planejamento mais realista em termos de prazos, gera um clima de insegurança que impacta negativamente a execução do projeto;*
- *Projetos como o PCE que pretendem atuar fortemente nas áreas de interstício tem, obrigatoriamente, que envolver as instituições de assistência técnica e extensão rural;*
- *Nos trabalhos de boas práticas produtivas é muito importante a elaboração de materiais de divulgação para as comunidades;*





Rio Negro – Amazonas. Autor: Roberto Xavier de Lima

- *O envolvimento direto de comitês tripartites no processo de gestão de projetos e programas viabiliza a internalização dos conceitos, favorece a democratização das informações, aumenta o controle social, influencia no processo adaptativo e garante a impessoalidade;*
- *A participação de agências de cooperação/consultorias agiliza a execução e aumenta a qualidade técnica;*
- *Em projetos de longa duração, o planejamento estratégico deve ser revisado a cada dois anos com o objetivo de definir ações corretivas nos processos de planejamento ou execução;*

- As contribuições de ONGs que fizeram convênio com o PCE foram muito importantes, porém, uma melhor interface com o terceiro setor faz-se necessário para garantir o cumprimento de objetivos e ações propostas nos contratos;
- No Amazonas deve-se promover estudos mais aprofundados do modelo de embarcação mais adequado à atividade a ser desenvolvida considerando as especificidades regionais.





**CORREDORES
ECOLÓGICOS**

KFW

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit GmbH

GFA
Consulting Group

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



KFW

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

GFA
Consulting Group

**CORREDORES
ECOLÓGICOS**

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA